

21/02/2006

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 86.763-4 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
PACIENTE(S) : CLEYSON BATISTA FREIRE
IMPETRANTE(S) : CARLOS LACERDA DE CAMPOS
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. DEFICIÊNCIA DA DEFESA TÉCNICA DO ACUSADO. NÃO-CONHECIMENTO DE RECURSO ESPECIAL PELO SUPERIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. ENUNCIADO Nº 523 DA SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Não há que se falar em deficiência da defesa técnica do acusado pelo único fato de o recurso especial por ela manejado não haver ultrapassado a barreira formal do conhecimento.

Tratando-se de alegada deficiência de defesa técnica, impõe ao acionante a demonstração do prejuízo para o réu, sob pena de incidência do Enunciado nº 523 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir o pedido de **habeas corpus**.

Brasília, 21 de fevereiro de 2006.


CARLOS AYRES BRITTO

RELATOR



21/02/2006

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 86.763-4 MINAS GERAIS

RELATOR : **MIN. CARLOS BRITTO**
PACIENTE(S) : CLEYSON BATISTA FREIRE
IMPETRANTE(S) : CARLOS LACERDA DE CAMPOS
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO (Relator)**

Cuida-se de *habeas corpus*, impetrado contra decisão do Superior Tribunal de Justiça que negou provimento a agravo regimental manejado pelo paciente. Paciente condenado a quatro anos de reclusão, além do pagamento de multa, pelo crime de corrupção passiva. O *decisum* impugnado restou assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO. INCOMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO, MAS IMPROVIDO.

1. Com relação à ausência de dissídio, não há indicação de sequer uma decisão para o necessário confronto.

2. Impossibilidade da compreensão da controvérsia com base na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

3. Recurso a que se nega provimento."



2. Pois bem, tendo em conta a sobredita decisão, que manteve decisório anterior (também pelo não-conhecimento do recurso especial em favor do paciente), é que se impetra o presente writ. Aqui, o paciente sustenta a nulidade do feito, ante a deficiência da defesa técnica. Vício, este, que restaria evidenciado pelo não-conhecimento do recurso especial defensivo.

3. Ao ver do acionante, "os ilustres defensores que firmaram as petições dos recursos excepcionais, não conhecem as regras para a interposição de tais recursos, assim, o prejuízo do paciente é patente, visto que o mesmo não teve uma defesa à altura no processo que figurava como acusado". E mais: nos termos da inicial do writ, "ao manejar os recursos especial e extraordinário, os nobres defensores do paciente demonstraram desconhecimento jurídico, porque os recursos excepcionais (Resp e RE) contém regras próprias que precisam ser observadas". Daí o pedido de nulidade do processo, "a partir da apresentação das razões dos recurso especial e extraordinário, abrindo-se novo prazo para interposição dos recursos à Superior Instância".

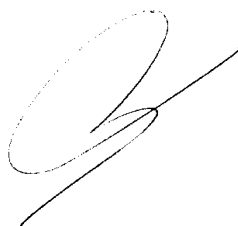
4. Concluo este relatório com a informação de que a Procuradoria-Geral da República, em manifestação do ilustrado Subprocurador-Geral Dr. Francisco Xavier Pinheiro Filho, opinou pela denegação da ordem, em parecer assim ementado:



"SÚMULA 523 DO SF. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE
PREJUÍZO AO RÉU. PARECER PELA DENEGACÃO DA ORDEM."

É o relatório.

MCBP/ggd

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'P' followed by a horizontal stroke extending to the right.

21/02/2006

PRIMEIRA TURMA

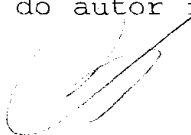
HABEAS CORPUS 86.763-4 MINAS GERAISV O T O**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO (Relator)**

Consoante relatado, a tese da presente impetração consiste em saber se o não-conhecimento do recurso especial configura caso de nulidade processual, por significar, em si, a deficiência da defesa técnica do paciente.

7. Muito bem. Nos termos da manifestação ministerial pública, entendo que é de ser denegada a ordem de habeas corpus. Isto porque não há como se falar em deficiência da defesa técnica pelo único fato de o recurso especial por ela manejado não haver ultrapassado a barreira formal do conhecimento.

8. Em boa verdade, o paciente foi patrocinado, em todo o processo, por advogado por ele próprio constituído. Advogado que apresentou razões finais, que manejou recurso de apelação (com as respectivas razões) e que contrariou o apelo deduzido pelo *Parquet* estadual. Mais: interpôs recursos especial e extraordinário, cujas negativas de seguimento motivaram, ainda, a interposição de agravos de instrumento.

9. De se ver, portanto, que os argumentos esgrimidos pelo impetrante não encontram guarida nos elementos dos autos. Além disso, o acolhimento da tese do autor implicaria o reconhecimento de



que todas as vezes em que o STJ deixa de conhecer de recurso especial atesta o manejo de defesa técnica que não prima pela boa qualidade. O que não é de se admitir, pois os recursos de índole excepcional têm pressupostos de admissibilidade tão próprios quanto restritivos, não se prestando à mera reanálise de todos os aspectos inerentes ao processo.

10. De outra banda, o impetrante também não trouxe à inicial nenhuma demonstração do prejuízo que lhe teria causado a decisão do Superior Tribunal de Justiça. Decisão que se limitou a manter acórdão condenatório do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, devidamente fundamentado. O que faz incidir, ao caso, a Súmula 523 desta Suprema Corte, vazada nos seguintes termos: "*No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, **mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu***" (sem grifos no original).

12. Por estas razões, acolho o parecer do Ministério Público e indefiro a ordem.

13. É o meu voto.

MCBP/ggd



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 86.763-4

PROCED.: MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO

PACTE.(S): CLEYSON BATISTA FREIRE


IMPTE.(S): CARLOS LACERDA DE CAMPOS

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de **habeas corpus**.
Unânime. 1ª Turma, 21.02.2006.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à
Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Britto e
Eros Grau.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz
Lucas.


Ricardo Dias Duarte
Coordenador